

Introdução

Cara(o) Cursista,

Esta Unidade do Módulo III tem como tema as “Interfaces do SINASE com outros planos/programas nacionais”.

Sendo assim, ao final desta Unidade você poderá: Compreender as interfaces do SINASE com os outros planos/programas relacionados à garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes:

- a) Programa Nacional de Direitos Humanos III;
- b) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- c) Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- d) Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil;
- e) Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

Interfaces do SINASE com outros planos/programas nacionais

Compreendendo o SINASE como “uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei, que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais” e a sua interface com diferentes sistemas e políticas, com uma atuação diferenciada que soma responsabilização e satisfação de direitos, é necessário destacar a relação do mesmo com outros planos/programas nacionais que tratam diretamente dos direitos da criança e do adolescente.

Sendo assim, ressaltamos: o Programa Nacional de Direitos Humanos; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; e o Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, para mencionarmos apenas os planos setoriais diretamente ligados à população infanto-juvenil.

Tais planos/programas foram desenvolvidos para garantir uma atenção específica a cada uma das situações de violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil, constituindo-se, portanto, instrumentos de defesa e promoção de direitos desse grupo social. Daí a importância de conhecê-los, correlacionando-os com o SINASE, tendo em vista a proteção dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

É justamente para que haja uma maior efetividade das ações nesse campo, em articulação com as disposições do SINASE, que faremos algumas considerações sobre cada um desses planos/programas.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH): uso permitido com citação obrigatória da fonte

Programa Nacional de Direitos Humanos 3

O atual Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, é fruto de ampla discussão entre o Estado e a sociedade civil para a efetiva promoção dos direitos humanos no Brasil.

O PNDH-3, que contém seis eixos orientadores, várias diretrizes e objetivos que abarcam as diversas dimensões dos direitos humanos, dedicou uma diretriz aos direitos das crianças e adolescentes, como pode ser observado na Diretriz 8 inserida no Eixo Orientador III (Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdade): “Promoção dos direitos de crianças e adolescentes para o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação” (p. 74).

Dentre os objetivos estratégicos dessa Diretriz, consta o SINASE: “Objetivo estratégico VII: Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)”, o qual contém onze ações programáticas (p. 83-86).

Vale destacar as seguintes ações: apoiar a expansão de programas municipais de atendimento socioeducativo em meio aberto; apoiar os estados e o Distrito Federal na implementação de programas de atendimento ao adolescente em privação de liberdade, com garantia de escolarização, atendimento em saúde, esporte, cultura e educação para o trabalho; e estabelecer parâmetros nacionais para a apuração administrativa de possíveis violações dos direitos e casos de tortura em adolescentes privados de liberdade, por meio de sistema independente e de tramitação ágil.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso permitido com citação obrigatória da fonte

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é resultado de diversificada articulação institucional, que envolveu os governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada, com o objetivo principal de construir uma cultura de Direitos Humanos, a partir dos princípios da democracia, da cidadania e da justiça social.

A estrutura do documento atual estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes, linhas de ação em cinco áreas de atuação: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, Educação e Mídia.

No que diz respeito às ações programáticas contidas no PNEDH, vale destacar aquelas que se relacionam com o sistema socioeducativo: Na Educação Básica (p. 24-25):

8. promover a inserção da educação em direitos humanos nos processos de formação inicial e continuada dos(as) trabalhadores(as) em educação, nas redes de ensino e nas unidades de internação e atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, incluindo, dentre outros(as), docentes, não-docentes, gestores (as) e leigos(as); (...)

19. apoiar a elaboração de programas e projetos de educação em direitos humanos nas unidades de atendimento e internação de adolescentes, que cumprem medidas socioeducativas para estes e suas famílias.

Observe também que o SINASE consta na lista de parcerias para implementação e monitoramento do PNEDH (p. 48).

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), lançado em 2006, trata das crianças privadas do ambiente familiar.

A convivência familiar e comunitária é um dos direitos fundamentais e imprescindíveis para o pleno desenvolvimento de toda criança e adolescente, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, reafirmando a Doutrina da Proteção Integral. Sendo assim, esse direito deve estar contemplado na elaboração das políticas públicas que envolvem os adolescentes em conflito com a lei.

O PNCFC traz previsão específica para os adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas (p. 56-57), ao compreender que as medidas socioeducativas restritivas de liberdade impõem limites à convivência cotidiana dos adolescentes com suas famílias e comunidades, o que não significa excluir a família do processo pedagógico empreendido em favor dos adolescentes.

Nesse sentido, a participação da família e da comunidade na experiência socioeducativa é uma das diretrizes do SINASE, que também prioriza a municipalização das medidas socioeducativas, mediante a articulação de políticas intersetoriais em nível local, e a constituição de redes de apoio nas comunidades.

Além disso, o SINASE prevê a regionalização dos programas de privação de liberdade a fim de garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos, bem como as especificidades culturais (p. 14). Enfatiza, ainda, que tal abordagem deve ser comum a todas as entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas (p. 62).

A articulação deste Plano com o SINASE deve buscar o objetivo de humanização da execução das medidas socioeducativas e, ainda, facilitar a reintegração dos adolescentes em suas famílias e comunidades.

Destacamos, também, a importância da família na elaboração e implementação do Plano Individual de Atendimento (PIA) dos adolescentes, tendo em vista ser este uma relevante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa.

Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente

O Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, publicado em 2004, tem como objetivo a eliminação do trabalho infantil, tendo em vista que a exploração ilegal do trabalho de crianças e adolescentes ainda é grande no Brasil.

Um dos desafios nessa área é priorizar a retirada das crianças e adolescentes do trabalho e definir novas estratégias que tenham eficácia no combate ao trabalho infantil na informalidade, nas atividades ilícitas e em regime de economia familiar.

Nesse caso, vale observar que dentro dos parâmetros socioeducativos do SINASE constam alguns eixos, os quais são constituídos por diversas ações. Dentre elas, o trabalho infantil está previsto como um dos temas a serem discutidos pelas entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de adolescentes em conflito com a lei.

Sendo assim, é importante conhecer o referido Plano para orientar os adolescentes e seus familiares, no sentido de enfrentar essa violação de direito e garantir os direitos de crianças e adolescentes.

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil foi lançado em 2002, contando com a participação da sociedade civil organizada na sua elaboração, e estabeleceu metas a serem atingidas e estratégias de monitoramento. O Plano é dividido em seis eixos para orientar a construção de políticas e ações que visem assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual. São eles:

- a) Análise da Situação;
- b) Mobilização e Articulação;
- c) Defesa e Responsabilização;
- d) Atendimento;
- e) Prevenção;
- f) Protagonismo Infanto-Juvenil.

Da mesma forma que o SINASE traz o tema do trabalho infantil para discussão, a exploração sexual também consta como um dos temas a serem discutidos pelas entidades e/ou programas que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas de adolescentes em conflito com a lei.

Nesse caso, é importante enfatizar as ações previstas no referido Plano em conjunto com as ações do SINASE, tendo em vista as violências sexuais sofridas por adolescentes em conflito com a lei, seja antes ou depois do cometimento do ato infracional.

Pra concluir

Cara(o) cursista,

Nesta Unidade do Módulo III você teve oportunidade de conhecer outros planos/programas nacionais relacionados à garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes e estabelecer sua interface com o SINASE.

Vale lembrar que alguns desses planos/programas estão passando por atualizações e outros novos podem surgir. Por isso, atenção!

Sucesso na aplicação dos conhecimentos adquiridos nesta Unidade!

Capacitação para Operadores do SINASE (UnB e SDH). Uso Permitido com citação obrigatória da fonte